

"E agora como vai ser?": as eleições de 2018 e a saúde mental da população LGBT+

João Caio Silva Castro Ferreira¹

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior²

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa³

Elaine Ferreira do Nascimento⁴

Liana Maria Ibiapina do Monte⁵

George André Lando⁶

Marcos Renato de Oliveira⁷

Resumo: mediante o cenário político de 2018, este estudo objetivou identificar os reflexos na saúde mental, desse período, na população LGBT+. Assim, conduziu-se um estudo analítico interpretativo, crítico, com abordagem qualitativa. Realizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e para análise se utilizou o Método de Interpretação de Sentidos. Perante a análise dos resultados, identificou-se que, durante o período eleitoral de 2018, destacou-se a intensificação do discurso de ódio contra pessoas LGBT+, tal situação acarretou um leque de desdobramentos negativos na saúde mental dessas pessoas, seja em nível patológico ou sociopolítico. Todavia, esse contexto também contribuiu para reforçar o ideal de resistência mesmo diante de retrocessos.

Palavras-chave: LGBT; Saúde Pública; Minorias Sexuais e de Gênero; Sexismo.

¹ Pós-Graduando em Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade pela Universidade Estadual do Piauí.

² Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria.

³ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí.

⁴ Pesquisadora e Coordenadora Adjunta da Fiocruz Piauí, Professora associada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí.

⁵ Professora da Graduação em Serviço Social na Faculdade do Piauí.

⁶ Professor Permanente do curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, Pesquisador Visitante Sênior da Fiocruz Piauí.

⁷ Harvard University - Global Clinical Scholars Research Training.

O período eleitoral de 2018 impulsionou na população brasileira calorosas discussões, e as falas de aspectos pejorativos, lideradas pelo então candidato e atual presidente, causaram desconforto em vários setores sociais, especialmente na população LGBT+. A repercussão dessas falas ecoou por entre os anos seguintes, fazendo com que esse período histórico demandasse estudos de compreensão, em especial da saúde mental de pessoas LGBTs+ brasileiras.

Historicamente, percebe-se o quanto a repressão acompanhou e ainda acompanha a trajetória da população LGBT+, até os anos 70 esta vivia sua sexualidade de forma retraída e quase invisível, grande parte da sociedade brasileira não compreendia essas pessoas e as reprimia massivamente, e que mesmo em seus redutos de convivência eram perseguidas, condenadas por não se adequarem à moralidade cristã, presas e/ou sentenciadas à morte pela AIDS. (TREVISAN, 2018; GREEN, et al., 2018). Porém, há de se destacar que ainda hoje, esse quadro persiste em muitos cenários e o período eleitoral em estudo oferece sinais de retrocedimento.

Nesse ambiente normatizador, as definições biológicas e socioculturais tendenciavam a considerar gênero e sexualidade como classes inertes, as quais foram concebidas por regimes de saber-poder normatizantes e conservadores, em que desde crianças os papéis sociais lapidam o menino como ser “masculino” e a menina como ser “feminino”, produzindo e reforçando a perspectiva cisgênera, binária, limitante e dominante (FOUCAULT, 1988; SANTOS, BARBATO; DELMONDEZ, 2018).

Mesmo com a prevalência das concepções heteronormatizantes entre a sociedade brasileira, ainda assim se observou um importante avanço acerca das políticas públicas e ações de visibilidade para a população LGBT⁸ na gestão federal de 2004-2016: Programa Brasil Sem Homofobia (2004); 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT (2008); Implantação do Processo

⁸ A sigla LGBT foi definida a partir da 1ª Conferência Nacional GLBT. A precedência da letra "L" perante as outras foi uma iniciativa para dar visibilidade ao movimento lésbico, assim, desde essa definição, a sigla LGBT foi recorrentemente usada nos últimos 11 anos (GONÇALVES, SILVA, 2011).

transexualizador no Sistema Único de Saúde (2008); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009); 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (2011); Publicação da política nacional integral de saúde LGBT (2011); Criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra LGBT (2013); do Comitê Interministerial de Enfrentamento à Violência Contra LGBT (2015); e da realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de LGBT (2016); Determinação sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal (2016) (PEREIRA, 2016).

A luta pela liberdade é um processo constante, pois quando alguns direitos são conquistados ainda é necessário lutar continuamente para mantê-los. Então, apesar de todas as conquistas, ondas de retrocesso podem se manifestar, gerando violências e perdas de direitos. O resultado da eleição de 2018 é um indício de que as conquistas dos movimentos sociais em prol de LGBTs+ poderiam sofrer ameaças e perdas.

A conjuntura das eleições de 2018 revelou uma violência verbal e física contra pessoas LGBT+ antes e durante os primeiros meses da gestão federal vigente. Esse cenário foi intensificado pelo discurso do atual presidente, que defendia as seguintes ideias: nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay; a sociedade brasileira não gosta de homoafetivos; e declarações a favor da violência física corretiva para crianças homoafetivas no despertar da sexualidade, com o intuito de inibir seus comportamentos que transpareçam sua orientação sexual (ALMEIDA, 2019; GGB, 2019; GOMES, BARDUNI FILHO, 2019).

Nesse contexto de instabilidade, a saúde mental de pessoas LGBT+ encontra-se bastante vulnerável (KRUEGER, UPCHURCH, 2019; ZANATTA, et al., 2018). Todavia, analisar os reflexos na saúde mental dessas pessoas, principalmente após os constantes ataques no período eleitoral de 2018, tornou-se uma necessidade emergente. Assim, para compreendermos esses reflexos, partimos da premissa de Amarante (2007)

que ressalta a polissemia e pluralidade intrínseca à saúde mental no que se refere aos sujeitos e suas coletividades, dessa forma, questionou-se: como a saúde mental das pessoas LGBT+ foi afetada pelo discurso de ódio LGBTfóbico disseminado durante o período eleitoral de 2018? Ademais, o objetivo deste estudo foi identificar em pessoas LGBT+ os reflexos na saúde mental oriundos do período eleitoral de 2018 no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo analítico interpretativo, crítico, com abordagem qualitativa. Cujas concepções foram criadas com o intuito de relatar um fenômeno presenciado por uma amostra específica, além de buscar compreender as razões que justificaram os relatos coletados em um intervalo de tempo determinado (DENZIN, LINCOLN, 2006).

Os dados foram coletados no município de Teresina, no período de maio a agosto de 2019. A cidade é capital do Piauí e possui uma população estimada de 864.845 habitantes (IBGE, 2020), entretanto não foi localizado o quantitativo referente à população LGBT+ por ser um dado subnotificado e também pelo alto nível de invisibilidade dessa população no censo demográfico.

Participou desta pesquisa o total de 50 pessoas que se autodeclararam LGBT+, independentemente de serem assumidas ou não para seus familiares, com idade igual ou superior a 18, membros de algum movimento social voltado para as causas LGBT+ e que fossem universitárias ou com ensino superior completo.

Para acessar essa população, alguns representantes de movimentos sociais em nome da causa LGBT+, na cidade de Teresina, foram previamente convidados, através desses convites, foi possível apresentar a finalidade da pesquisa e à medida em que estas pessoas estavam em conformidade com os critérios exigidos, seguiu-se para o agendamento da coleta de dados. Após esta etapa foi solicitado para que as pessoas já

entrevistadas indicassem outras que se enquadrassem nos critérios de inclusão do estudo, consolidando-se, assim, a técnica de amostragem por bola de neve, na qual os participantes recomendaram outros e assim sucessivamente, todavia, a coleta de dados foi previamente limitada para ocorrer durante quatro meses (VINUTO, 2014).

Utilizou-se como técnica para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, pré-agendada e realizada em um lugar restrito, que preservasse a privacidade das pessoas entrevistadas. A entrevista foi conduzida por um roteiro criado pelos autores da pesquisa, que passou por um teste piloto, para se conhecer o grau de clareza dos questionamentos. Somente após essa validação, seguiu-se para a coleta em si.

Para a análise dos dados, utilizou-se o Método de Interpretação dos Sentidos, baseado em fundamentos hermenêutico-dialéticos, que procuram interpretar os contextos, os motivos e as lógicas das falas, ações e inter-relações entre os indivíduos (GOMES, 2016).

Na trajetória analítico-interpretativa dos textos, seguiram-se as respectivas etapas: (a) leitura compreensiva, com o propósito de reunir e conhecer as peculiaridades do material analisado; (b) identificação e delineamento temático; (c) localização e problematização das ideias nítidas e veladas nos discursos; (d) investigação de sentidos mais amplificados (socioculturais), intrínsecos às falas das pessoas entrevistadas; (e) interlocução entre as ideias problematizadas, informações advindas de outros estudos acerca do assunto; (f) construção de uma síntese interpretativa, buscando interligar o objetivo do estudo, a base teórica selecionada e os dados empíricos (GOMES, 2016).

Este estudo é um recorte, provindo da pesquisa *O impacto na saúde mental da população LGBT após o período eleitoral*. A mesma foi submetida ao comitê de Ética e Pesquisa (CEP) pelo nº de CAAE M10100019.9.0000.5214, cumprindo as diretrizes impostas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde em relação às questões éticas envolvendo pesquisas com seres humanos, e obteve o parecer de aprovação sob nº 3.303.857. Para garantir o sigilo aos sujeitos da pesquisa, os mesmos foram

identificados pela letra D-Discurso, acompanhada do seu número de ordem na entrevista, sua orientação sexual e identidade de gênero.

Resultados e discussão

As pessoas entrevistadas foram 9 mulheres lésbicas e cisgênero, 23 homens gays e cisgênero, 9 mulheres bissexuais e cisgênero, 1 pessoa não binária e pansexual, 3 mulheres transexuais, sendo 1 heterossexual e 1 sem orientação sexual definida, 3 homens transexuais e heterossexuais e 1 pessoa transexual sem orientação sexual definida. Quanto ao intervalo etário das participações, 24 pessoas (18-25 anos), 14 pessoas (26-33 anos), 5 pessoas (34-41 anos), 4 pessoas (42-49 anos) e 3 pessoas (50-57 anos).

Em seus discursos surgiram duas categorias distintas: “A saúde mental das pessoas LGBTQ+ no despertar do ódio após o período eleitoral de 2018” e “Os LGBTQófobos saíram da caixa de pandora”. Vale ressaltar que essas categorias acolheram as demais subcategorias que se correlacionam com as ideias centrais de cada grupo, proporcionando uma análise em profundidade do material apresentado.

Categoria 1: a saúde mental de pessoas LGBTQ+ no despertar do ódio após o período eleitoral de 2018

O conceito de saúde mental reúne vários pilares, como a subjetividade do bem-estar, autoeficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional da pessoa (OMS, 2001). Desse modo, a saúde mental de pessoas LGBTQ+ após o período eleitoral de 2018 foi abalada de diversas formas. Essa realidade foi identificada no

desencadeamento de alguns sentimentos, como o medo e a insegurança, entre esse público, assim como consequências biopsicossociais advindas do cenário pós-eleições.

Subcategoria 1: o medo de expressar quem eu sou, em tempos de ameaça e ódio

Na verdade o que a gente mais sente, é sentimento de medo, pois não tem como, você estar em um lugar, sem estar se policiando do que está fazendo, [...], o que você está falando e como você está andando. Entendeu? É ruim [...] você ter que estar o tempo inteiro se policiando com tudo, entendeu? Então, isso é chato até para sair, às vezes prefiro ficar em casa. (D10, mulher cis e bissexual)

[...] Na verdade, a gente tem medo de ter alguma lei que possa nos punir com relação ao que a gente é, isso afeta a mente. (D22, mulher trans e hétero)

[...] a gente viu que tinha muita gente falando que [...] seria uma ditadura nova, [...] e aí de repente após as eleições o cara já ganhou e no outro dia tinha esse monte de gente, policiais e militares na rua, que não me passou segurança, eu me senti ameaçado para falar a verdade [...] minha saúde mental ficou bastante prejudicada, eu não sabia o que seria a partir dali para os meus, principalmente, para mim, [...], eu acabei de tirar minha certidão de nascimento, já atualizada e ele vai e assume o cargo da presidência não sabia o que iria acontecer, se seria ainda reconhecido, se teria como voltar atrás alguma coisa, se eu iria perder o meu diploma. (D48, homem trans e hétero)

Os discursos apresentados revelam o sentimento de insegurança e medo em vários contextos. D10 ressalta que esses sentimentos se correlacionam com a possibilidade da sua saúde mental se encontrar em risco, refletindo em seus comportamentos de autovigilância constante, enquanto D22 e D48 expressaram se sentir ameaçados em razão da eleição do atual presidente e que suas existências possam estar em risco, tanto na esfera concernente ao direito de expressar quem são como o medo de se perder as políticas públicas que resguardam os seus nomes sociais, conquista fundamental para o reconhecimento social das pessoas transexuais.

O medo perante o ódio disseminado contra pessoas LGBTQ+ é um medo alusivo da morte, em que esse ideal delimita a identidade, expressões e atitudes dessas minorias sociais, removendo-lhes a naturalidade de gesticular, vestir-se, caminhar e existir mediante a sua subjetividade (MEDEIROS, 2017).

Esse medo é reforçado pelo comportamento de recusa da população heteronormativa, perante as pessoas inseridas em uma matriz cultural fora dos padrões sexistas e binários esperados pela sociedade, o que reforça a intolerância contra pessoas que não se enquadram nesses padrões (BUTLER, 2015). Como reflexo dessa intolerância, os casos de óbitos provocados pela LGBTfobia são alarmantes. Durante o curto período de janeiro a maio de 2019, registrou-se a contagem de 141 mortes de pessoas LGBTQ+ entre casos de assassinatos ou suicídio (GGB, 2019).

O grupo de pessoas transexuais e travestis é o primeiro alvo do preconceito e da discriminação entre as pessoas LGBTQ+ no Brasil. Isso acontece porque essa população possui uma identidade de gênero plural e que foge da lógica binária e heteronormativa, em que qualquer indivíduo que ouse romper com essas normas é visto com estranhamento pela sociedade, esta que, além de excluir pessoas LGBTQ+, ainda as assassina pela não aceitação da transgressão de suas identidades de gênero (BRASIL, 2015).

Além disso, por meio da nossa amostra, pode-se perceber o quanto as pessoas transexuais ainda não ocupam seus espaços de direito, como o ensino superior, entre as 50 pessoas entrevistadas, apenas 7 eram transexuais e 1 não-binária. Tal realidade advém da transfobia que insiste em não acolher a identidade de gênero dessas pessoas (SCOTE, GARCIA, 2020). Logo, tal contexto se torna ainda mais preocupante quando observamos o cenário pós-eleição, uma vez que, além do atual presidente assumir publicamente ser LGBTQfóbico, ele não é uma voz exclusiva, o mesmo representa a voz de parte da sociedade opressora que compactua com suas ideias, provocando danos, incertezas, medos e insegurança para todas as pessoas LGBTQ+ que sofrem violências da nossa sociedade (MEDEIROS, 2019; CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018).

Alguns casos específicos exemplificam como as pessoas que apoiam os posicionamentos do presidente difundiram o seu discurso de ódio de diversas maneiras durante a campanha eleitoral de 2018, a saber: travesti executada/assassinada por

homens clamando o nome do atual presidente; algumas torcidas de futebol afirmaram em seu grito que o atual presidente irá assassinar homens homoafetivos, dentre outros tipos de violência. Para além desses discursos, Bulgarelli e Fontgaland (2019) realizaram uma pesquisa com 400 pessoas LGBTQ+, na qual 51% dos respondentes afirmaram ser vítimas de no mínimo uma agressão ao longo do segundo semestre de 2018. Essa conjuntura revelou o quanto o discurso do atual presidente permitiu que os indivíduos com ideias conservadoras e LGBTQófobas se sentissem encorajados a vir a público perpetuar o ódio contra as pessoas LGBTQ+ (CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018).

O medo de estarmos nos encaminhando para uma nova ditadura é iminente e o próprio entrevistado D48 ressalta isso, afinal a ditadura militar também foi exaltada pelo atual presidente e seus apoiadores. Lembrando que se trata de um regime marcado por censura e retaliação perante as pessoas LGBTQ+ que ousassem expressar sua sexualidade em detrimento dos valores conservadores da época (TREVISAN, 2018; CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018).

Assim sendo, compreende-se que o medo relatado pelas pessoas entrevistadas se relaciona também com a possibilidade do passado se tornar presente. Essa tensa situação influi na estabilidade biopsíquica (ZANATTA, 2018; GUIMARÃES, et al., 2019) dessas pessoas que percorreram uma trajetória de repressão durante o despertar de sua sexualidade e identidade de gênero e hoje sofrem uma nova ordem de repressão com maior apoio social e que busca silenciar as pessoas LGBTQ+, por meio do medo e sucumbir à saúde mental dos oprimidos com a retaliação presente no discurso dos opressores.

Subcategoria 2: as feridas biopsicossociais deixadas pelo período eleitoral de 2018

As minorias sexuais e de gênero que se opõem à heterocisnormatividade estão mais vulneráveis nas suas redes de apoio social e econômica, conseqüentemente estão mais expostas à violência, doenças e outras vulnerabilidades (BUTLER,2018), realidade que pode interferir diretamente na saúde mental dessas pessoas, como podemos ver nas falas seguintes:

Após o período eleitoral eu precisei fazer terapia, eu já fazia terapia, mas eu precisei abordar mais esse tipo de assunto na terapia, inclusive no dia seguinte à eleição, eu marquei uma sessão extra, porque no dia inclusive, eu estava com ideação suicida. (D3, mulher cis e lésbica)
Péssima, inclusive estou tomando medicamentos para ansiedade, estou com crise de ansiedade, horrível, muito mal. (D12, mulher cis e lésbica)
[...]eu fui diagnosticada bipolar há muito tempo e estava em remissão dos sintomas há uns seis anos, sem usar medicação e só com terapia, e eu percebo que desde setembro do ano passado, eu tenho tido umas crisesinhas de ansiedade né? se eu me exponho a determinados assuntos, o meu humor dá umas osciladas, então eu avalio que abalou minha saúde mental o período eleitoral. (D39, mulher cis e bissexual)

A depoente D3 revela o quanto a LGBTfobia presenciada nas eleições afeta a saúde mental de pessoas LGBT+, tornando-as mais suscetíveis ao suicídio. Essa realidade é provocada pelos determinantes sociais (*bullying*, rejeição familiar e de amigos) e estruturais (violência e estigma) que caminham de forma aliada na trajetória desses indivíduos (KRUEGER, UPCHURCH, 2019; ZANATTA et al., 2018; MALTA, et al. 2020; JESUS, 2016).

Não obstante, a ansiedade também foi outro fenômeno bastante reportado pelas pessoas entrevistadas, esta que já é um transtorno muito incidente entre a população LGBT+ (FRANCISCO, et al., 2020). D12 relata que seu quadro de ansiedade foi bastante intensificado após o período eleitoral devido ao discurso de ódio opressor presenciado por essas pessoas. É importante ressaltar que o período eleitoral também

impulsionou outros transtornos: D39, diagnosticada com transtorno bipolar, que estava sem apresentar os sintomas durante seis anos, afirmou que suas crises de ansiedade retornaram no período eleitoral, abalando consideravelmente a sua saúde mental.

No que tange à forma como essas pessoas cuidam da sua saúde mental, a psicoterapia foi um recurso acessado por algumas pessoas entrevistadas, como D3 e D39. Para tanto, a terapia psicológica é um alicerce fundamental para lidar com momentos de crise (ZAKABI, 2014).

Ainda no que se refere ao estado biopsíquico dos entrevistados, outras pessoas que, embora não tenham relatado apresentar algum transtorno psíquico ou sintomatologia similar aos relatos anteriores, ainda assim afirmaram ter sua saúde mental prejudicada após os resultados das eleições de 2018:

[...] e outra coisa no dia que saiu o resultado chorei horrores... horrores, porque uma das coisas que veio na minha cabeça, foi pensando como os meus pais [...] tinham votado naquele cara? Sendo que eles têm um filho, que vai totalmente contra tudo que aquele cara prega! Tipo ele prega totalmente contra min, foi muito pesado. (D15, homem cis e gay)

Após o período eleitoral, eu lembro que na primeira noite após o resultado das eleições, eu fiquei em estado de choque, eu comecei a chorar bastante e eu acho que é um impacto muito grande. (D30, mulher cis e lésbica)

Por meio dos relatos de D15 e D30, percebe-se o quanto o resultado das eleições de 2018 provocou sofrimento e tristeza. D30, ao afirmar que ficou em estado de choque, revela sua insatisfação ao perceber que um candidato nitidamente contra a comunidade LGBTQ+ conseguiu se eleger democraticamente como Presidente da República, enquanto D15, ao se questionar sobre o voto dos seus pais no atual presidente, traz em seu discurso o quanto ele se sentiu desamparado ao descobrir que seus próprios pais, mesmo sabendo que possuem um filho homoafetivo, ainda assim preferiram votar em um candidato que dissemina no seu discurso o ódio contra pessoas LGBTQ+, fazendo com

que D51 sinta rejeição familiar, esta que é um fator social determinante para a saúde mental (BRAGA, OLIVEIRA, SILVA, 2018).

Essa rejeição familiar não é novidade para LGBTQs+, logo quando eles(as) assumem socialmente sua sexualidade, as famílias nem sempre os acolhem positivamente. Muitas destas agridem fisicamente, perseguem e expulsam seus entes de casa, formando-se um relacionamento conturbado, que se estenderá por um período indeterminado até a família se despir de suas crenças preconceituosas e acolher seu familiar LGBTQ+ ou abandoná-lo de vez, rompendo definitivamente os vínculos familiares. Contudo, ao presenciar o posicionamento político desses familiares, pode-se perceber o quanto essa suposta aceitação se assemelha a um silêncio consentido, que encontrou no atual presidente a oportunidade de externar o preconceito ainda existente (BRAGA, OLIVEIRA, SILVA, 2018; NASCIMENTO, SCORSOLINI-COMIN, 2018; SILVA, BARBOSA, 2016).

Não o suficiente, a perda de vínculos também foi outro fator social destacado por algumas pessoas entrevistadas, como se pode notar nos respectivos relatos:

Então eu perdi amigos e familiares, hoje eu não tenho mais condição de ter aquela aproximação com a minha irmã, por exemplo, porque eu vi que o preconceito dela ainda é muito grande. (D41, homem cis e gay)
[...]sinto que estamos sozinhos nessa, até pessoas que as vezes estavam do nosso lado, você considerava como amigo, mas se mostraram a favor do presidente e do grupo conservador [...]. (D19, homem cis e gay)

O depoente D41, ao relatar que perdeu amigos e familiares depois das eleições, ressalta que após o posicionamento conservador que essas pessoas assumiram percebeu não se sentir confortável tendo um vínculo com esses indivíduos. Enquanto D19 complementa que também precisou se afastar de algumas pessoas, sentindo-se sozinho desde então.

O processo de sair do armário e assumir a sexualidade, além de provocar a rejeição familiar, também provoca a rejeição no trabalho, universidade, lazer, amizades,

entre outros campos, construir novos vínculos requer tempo. Sabe-se que a família é um importante apoio social para as(os) LGBT+, mas quando ela rejeita seu ente, este reconstitui suas próprias famílias por meio de outros vínculos, como amizades e trabalho, e perder esses vínculos novamente devido à adoção de ideias conservadoras por parte desses apoios sociais revela o quanto o preconceito dissolve vínculos e reforça a solidão e o abandono existente na trajetória de LGBTs+ (NASCIMENTO, SCORSOLINI-COMIN, 2018; SILVA, BARBOSA, 2016).

O atual presidente e seus apoiadores, ao oprimirem a população LGBT+, ferem a existência dessas pessoas e por elas terem conquistado seus espaços de aceitação social. Esse atual avanço do conservadorismo (BORBA, 2020; SOUSA, 2018) provocou um impacto ainda mais prejudicial à saúde mental das pessoas LGBT+, tornando-as mais vulneráveis à desesperança, à solidão, aos transtornos mentais e à rejeição sociofamiliar.

Categoria 2: os lgbtfóbicos saíram da caixa de pandora

É inegável que a LGBTfobia já estava presente na sociedade brasileira desde os seus primórdios, porém com as lutas sociais de minorias sexuais e de gênero vários direitos sociopolíticos em prol de LGBTs+ foram conquistados, perfazendo-se a tímida concepção de segurança e visibilidade dentro desse segmento. Logo, a caixa de Pandora que resguarda vários males sociais como o preconceito (FERRARA, 2016; TREVISAN, 2018) permanecia aberta e as pessoas LGBTs+ estavam cientes da sua abertura, dando-se continuidade à luta por direitos humanos. Contudo, a caixa de Pandora ganhou um tutor que faz jus ao seu conteúdo e, além desse poder, esse tutor também ocupa o cargo de maior patente no governo brasileiro, legitimando preconceitos, ódio, retrocesso e caos contra as pessoas LGBT+ e todas as minorias de classe, raça e gênero, como será revelado a seguir.

Subcategoria 1: potencialização do discurso de ódio contra pessoas LGBTQ+ e outras minorias sociais

[...] a gente vivenciou preconceitos, mas eram preconceitos mascarados [...] durante o período eleitoral a gente [...] [viu] esses preconceitos serem desmascarados. (D7, mulher cis e lésbica)

[...] nesses últimos anos, a gente estava vivendo, um momento de paz [...] mesmo com todas as opressões que ocorriam, [...] parece que a opressão tá muito pior. (D21, homem cis e gay)

[...] o preconceito saiu do armário, ele tava no armário da minha família [...] [percebi] que boa parte da minha família não me aceitava [...] eles passaram a apoiar o atual presidente. (D41, homem cis e gay)

D7, D21 e D41 trouxeram em seus discursos o quanto que o preconceito contra pessoas LGBTQ+ se tornou potencializado durante e após o período eleitoral de 2018. Não obstante, D7 e D21 relatam que a comunidade LGBTQ+ antes do período eleitoral já era oprimida e perseguida por pessoas LGBTQfóbicas. Entretanto, o período eleitoral de 2018 revelou o quanto isso se intensificou, ao ponto de se afirmar que o preconceito saiu do armário, como D41 afirma, ao ressaltar que viveu uma ilusão por achar que sua orientação sexual havia sido aceita por sua família. Mas, essa suposta aceitação não aconteceu e o período eleitoral de 2018 mostrou como o preconceito ainda está presente em seu meio familiar.

Além de ter sido visualizado no período eleitoral de 2018 o enaltecimento do discurso LGBTQfóbico, também se presenciou a ostentação do discurso machista, racista e contra outras minorias sociais. As pessoas perderam a vergonha de esconder seus preconceitos e passaram a expressá-los com tons de naturalidade. A face do ódio ganhou corpos e identidades, revelando-se contra todas as minorias sociais no Brasil e desestabilizando a saúde mental desses povos (ANDRADE, 2019; MEDEIROS, 2019):

Acho que afetou negativamente [...] todas as pessoas que historicamente sofrem discriminação em nosso país, seja por questão de raça, pessoas vivendo com deficiência, pessoas com hiv, seja lgbt, seja mulher, seja pessoa indígena, [...]. (D29, mulher lésbica e cis)

O medo do patriarcado de perder seu poder faz com que o mesmo busque táticas de dominação e extermínio diante das pessoas que ousam ir contra a cisheteronormatividade. Constatamos isso nas repressões e teorias de conspiração infundamentadas que tentam revelar, da forma mais sensacionalista possível, que as minorias sexuais e de gênero são prejudiciais à sociedade, conspirando-se até mesmo que essas pessoas podem levar à destruição da espécie humana, entre outras ideias irracionais. Isso acontece porque se percebe a potencialidade de narrativas LGBTQ+ de abalar os dispositivos de dominação e controle social de gênero vigentes em nossa sociedade (MENESES, MARTINHÃO, 2019).

O presidente em exercício não conhece ideias como respeito e tolerância, uma vez que ele foi doutrinado pela cultura heterossexista a aniquilar todas as narrativas que não se enquadram com essa lógica. Por conseguinte seus apoiadores que também foram doutrinados nessa lógica também desconhecem o respeito às pessoas LGBTQ+, transformando o discurso opressor do atual presidente em uma arma para fomentar seus crimes de ódio às pessoas LGBTQ+ e às minorias sociais mencionadas por D29 (CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018; BUTLER, 2015; BENVENUTO, 2015).

O atual cenário político surgiu com intensas comparações ao fascismo. Essa associação surgiu na concepção de que a eleição do chefe de Estado representa um perigo à democracia brasileira, seria como ressoasse entre os cidadãos mais progressistas um alarme avisando que isso já aconteceu no passado (MEDEIRO, 2019; CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018).

Vale ressaltar que o fascismo apresenta um discurso nacionalista, revelando-se como única forma de se resolver os problemas do país e conduzido por um líder autoritário como o atual presidente, que possui discursos de forte invocação ao militarismo, menosprezo aos direitos humanos e às minorias sociais. Todas essas questões não passariam de meras falas para ações, se não esbarrassem com o eco no centro das massas populares (BENVENUTO, 2015; VAZQUEZ, 2019).

Subcategoria 2: invalidação da minha existência sociopolítica

O presidente em exercício carrega em seu programa político um debate sociocultural e econômico que se sustenta na oposição às políticas para a redução de desigualdades socioculturais e à proteção constitucional às minorias sociais, como as mulheres, as pessoas LGBTQ+, a população negra, entre outras (BORBA, 2020; SOUSA, 2018). Emergindo-se retrocessos no que se refere às políticas voltadas para essa população, despertando anseios e inseguranças perante a saúde mental desse público:

[...] a gente fica com medo de aparecer mais cortes nas políticas públicas [...] e a gente tem medo de regredir e voltar o que era há muito tempo atrás. (D20, homem cis e gay)

[...] a gente teme pela perda dos nossos direitos, principalmente eu como homem trans que ainda não mudei o nome por exemplo, todo dia eu durmo ansioso com medo de acordar de manhã e o meu direito de poder mudar de nome socialmente falando, não poder mais existir. (D38, homem trans e hétero)

No decorrer da história, foram conquistados vários direitos humanos LGBTQ+, que geraram uma rede de proteção social, norteados por leis locais, nacionais e internacionais, além de várias outras políticas públicas em prol de LGBTQ+. Todavia, quanto mais se possui a ascensão de pautas identitárias, tais como o movimento LGBTQ+, feminista e racial, mais há discriminações e violências na tentativa de invisibilizar o crescimento dessas pautas (STANLEY, 2020; DUARTE, 2011)

Os sentimentos de ameaça e insegurança perante o medo de perder políticas públicas LGBTQ+ tornaram-se inevitáveis, como ressaltam D20 e D38, gerando ansiedade e medo quanto ao que pode acontecer em um cenário político cujo Presidente deflagra discursos anti-LGBTQ+ e contra outras minorias, além da sua distinta promoção de necropolíticas, simbolizando um momento com retrocessos contínuos para

populações historicamente discriminadas no Brasil (MEDEIROS, 2019; ANDRADE, 2019; STANLEY, 2020; MBEMBE; 2018).

A ambição e dedicação da atual gestão federal se traduzem em sua ânsia de colocar em prática seus interesses de cunho tradicional e conservador. A prova disso é o presidente vigente abraçar as pautas relacionadas aos costumes familiares tradicionais e ultrapassados, conquistando o apoio da base parlamentar evangélica e entre os eleitores evangélicos e conservadores que majoritariamente sempre se demonstraram contra as questões relacionadas à sexualidade e gênero (ANDRADE, 2019; BORBA, 2020; MONTENEGRO, et al., 2019):

É como legitimar... invalidar a existência da gente em relação a nossa orientação sexual, [...], como se fosse errado, como se fosse inválido se sentir assim, isso colabora muito para a não saúde mental. (D5, pessoa não-binária e pansexual)

E para reforçar a exclusão das causas LGBTQ+, nos primeiros meses da gestão do atual governo, percebeu-se o quanto seus discursos foram se concretizando no seu plano de governo. O Presidente formou sua equipe de ministros e outros representantes com líderes que compactuavam com o seu discurso patriota, militar, neoliberal, religioso e conservador, que pactuam o empreendedorismo da fé, esta utilizada como passe livre para justificar seus discursos de ódio e a retirada de direitos voltados às minorias sociais (ANDRADE, 2019; BENVENUTO, 2015).

Possuir uma saúde mental estável diante as perseguições aos direitos humanos, durante a atual gestão federal, é um desafio diário e, como o seguinte entrevistado destaca, cada vez se torna mais difícil conseguir essa estabilidade:

[...] a cada dia é um ataque diferente, uma declaração diferente que fere a minha dignidade, que fere meus direitos como cidadão, como ser humano e é tudo muito complexo, né? (D50, homem cis e gay)

Subcategoria 3: ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro!

A concepção de resistência se reflete na música de Belchior (LETRAS, 1989). Ela se torna mais simbólica em tempos de perseguição a grupos minoritários, como as pessoas LGBT+, e nas constantes ameaças aos direitos humanos e às políticas públicas. Desta forma, é imperativo agir para manter as condições necessárias à existência de um povo e para preservar a sua identidade (BUTLER, 2018):

[...] eu acho que o período eleitoral pra mim, teve um efeito oposto, não de me deixar pra baixo, mas sim de me deixar melhor, porque, eu aprendi a lutar mais, a não me acomodar mais e como se a eleição do nosso presidente, tivesse me feito sair um pouco do comodismo e perceber que é preciso lutar [...]. (D25, homem cis e gay)

Abandonar a luta por direitos humanos e políticas LGBT+, a qual o Estado deve assegurar, não é uma escolha para LGBT+, é uma questão de sobrevivência, principalmente na atualidade em que o poder público federal se posiciona contra a saúde e os direitos humanos de LGBT+ e de outras minorias sociais. Indo além desse negacionismo, o mesmo ainda incita o ódio e a violência contra todos que não se adequam à cisheteronormatividade. Logo, fazem-se necessárias mais alianças para além dos protocolos estatais e se antes a luta para resistir já era constante, atualmente ela precisa ser intensificada e fortalecida (MENEZES, MARTINHÃO, 2019) conforme as os discursos a seguir:

[...]A gente já tem uma luta diária contra o preconceito, então eu acho que agora é dobrada, a gente tem que está bem unido pra poder passar por tudo isso. (D11, mulher cis lésbica)

[...]parece que a gente vai ter que lutar de uma forma muito mais forte do que gente estava lutando[...]. (D21, homem cis gay)

A luta por direitos humanos LGBT+ não se limita apenas a ela mesma, esta se agrega à luta por uma sociedade sem discriminação em todos os segmentos sociais e em

prol da diversidade de corpos, desejos e identidades sexuais, criando-se espaços mais democráticos de circulação das pluralidades e prosperando a saúde de todas e todos (DURARTE, 2011; COSTA-VAL, GUERRA, 2019).

Dessa forma, pensar na promoção da saúde mental de pessoas LGBTQ+ não se restringe apenas a se garantir um atendimento psicológico para aquelas pessoas em sofrimento psíquico, mas também pensar em possibilidades sobre como viabilizar espaços que fortaleçam as coletividades e o cuidado coletivo, visando-se à melhoria das saúdes mentais desestabilizadas pelas opressões diárias (MENEZES, MARTINHÃO, 2019):

[...]o que me ajudou bastante foram esses grupos tipo, meus amigos próximos, e também os colegas que já tinham participado do coletivo que faço parte, isso tudo me ajudou bastante [...]. (D15, homem cis gay)

As agressões, silenciamentos e ameaças estão presentes rotineiramente na trajetória de pessoas LGBTQ+. Quando esse público se reúne, o compartilhamento de vivências similares pode se tornar um espaço de acolhimento, portanto a reciprocidade do cuidado também é um modo de lutar, além de ser uma potente forma de ressignificar as violências e medos vividos, repensar as lutas traçadas e refletir sobre as formas de garantir a existência das diversidades perante o atual cenário político retrógrado e tenebroso (MENEZES, MARTINHÃO, 2019).

Lutar para resistir é urgente e necessário, conforme Bulgarelli e Fontgaland(2019) violências contra LGBTQ+, além de terem sido intensificadas durante o período eleitoral de 2018, elas também continuaram a se expandir após a conclusão do respectivo pleito. Em 2022, haverá um novo pleito, emergindo-se a oportunidade de desestabilizar essa onda de ódio, logo, com esse *locus* de esperança, é crucial que as alianças se fortifiquem, levando-se em consideração todas as vozes e amparando biopsicossocialmente todas as dores e sentimentos experienciados.

Conclusão

A opressão contra pessoas LGBTQ+ e outras minorias sociais não é um fenômeno recente, ela é histórica e atualmente ganhou reforço com a eleição do atual presidente do Brasil. Este por meio do seu discurso, desenho de governo e com o apoio e manipulação das massas populares incentiva de forma direta e indireta a perpetuação de preconceitos, despertando feridas biopsicossociais na população LGBTQ+, que se sente insegura e ameaçada perante esse contexto.

Não obstante, os reflexos na saúde mental identificados foram aspectos físicos, nos quais se revelou maior insegurança dos(as) LGBTQ+ para expressar suas identidades; sociais, em que o medo e a rejeição provocada pelo preconceito foram acentuados; psíquicos, uma vez que alguns indivíduos que já possuíam algum transtorno psíquico reforçaram estar mais vulneráveis; e políticos, em que se percebeu o medo de se retroceder e perder políticas públicas que asseguram algumas conquistas fundamentais para essas pessoas.

Dessa forma, a resistência desses grupos sociais perante os constantes ataques de cunho antidemocrático e antidireitos humanos tornou-se sinônimo de sobrevivência, necessitando-se enfrentar essa onda de conservadorismo para garantir a não inviabilização das pessoas LGBTQ+ nos seus espaços de direito.

A análise e discussão dos resultados desta pesquisa permitiram apresentar não somente uma caracterização do período estudado, mas também uma consciência dos danos em longo prazo a serem enfrentados no futuro próximo. Assim, espera-se que diante de tais achados pesquisadores e órgãos sociais possam se debruçar sobre o mesmo público em outras nuances e métodos, bem como que surjam mais estudos sobre as consequências do avanço do conservadorismo sobre a população LGBTQ+ e outras minorias sociais que simultaneamente também são vítimas dos ataques incisivos liderados por essa gestão presidencial e por grande parte de seus apoiadores. Por fim e

não menos importante, espera-se também que esses achados inspirem movimentos sociais e ações de fortalecimento em prol dos direitos e da saúde física e mental das pessoas LGBT+.

Referências

- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ANDRADE, L.N. LGBTI+ no Brasil: o golpe de 2016 e a facada de 2018. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e190156, 2019.
- BELCHIOR, A.C. **Sujeito de Sorte**. Universal Music Ltda: 1989
- BENVENUTO, J. Universalismo, relativismo e direitos humanos: uma revisita contingente. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 94, p. 117-142, 2015.
- BORBA, R. Disgusting politics: circuits of affects and the making of Bolsonaro. **Social Semiotics**, p. 1-18, 2020.
- BRAGA, I. F. et al. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1220-1227, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde: Secretaria de gestão estratégica e participativa**. Brasília, DF: MS; 2015.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia**. – 1 Rev. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** – 3 Rev. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BULGARELLI, L.; FONTGALAND, A. **Violência contra lgfts + nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.
- CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.
- COSTA-VAL, A.; GUERRA, A. Corpos trans: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 121-134, 2019.
- DENZIN N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Artmed, 2006.
- DUARTE, M.J.O. Diversidade sexual e política nacional de saúde mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. **Em pauta**, v.9, n.28, p.83-101, 2011.
- FERRARA, L.D. A outra caixa de Pandora. **MATRIZES**, v. 10, n. 2, p. 61-74, 2016.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1988.
- FRANCISCO, L. C. F. L. et al. Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, n. 1, p. 48-56, 2020.
- GREEN, J. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Alameda, 2018.
- GRUPO GAY DA BAHIA-GGB. **Relatório parcial por ocasião do dia internacional contra a homofobia**. Salvador – BA, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/05/relatc3b3rio-ggb-parcial-2019.pdf>. Acesso em 09 jul 2020.

- GOMES, FIJ. V. L.; BARDUNI FILHO, J. Comportamento político e questão de gênero na eleição presidencial de 2018. **Agenda Política**, v. 7, n. 2, p. 80-107, 2019.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S., organizadora. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- GONÇALVES, C.S.R.; SILVA, S.C.P. Os "lgbt+" como novos sujeitos coletivos de direitos: lutas políticas e construções jurídicas. **Revista Ensaios**, v.12, p.99-118, 2018.
- GUIMARÃES, A. N. et al. Relatos de jovens homoafetivos sobre sua trajetória e implicações para a saúde mental. **Escola Anna Nery**, v. 23, n. 1, 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **IBGE Cidades: Teresina. Piauí**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/teresina.html>. Acesso em: 09 jul 2020.
- JESUS, J.E. LGBTfóidio no Brasil: direitos humanos e população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual (LGBT). **Coisas de Gênero**, v.2, n.1, p.150-164, 2016.
- KRUEGER, E.A.; UPCHURCH, D. M. Are sociodemographic, lifestyle, and psychosocial characteristics associated with sexual orientation group differences in mental health disparities? Results from a national population-based study. **Social psychiatry and psychiatric epidemiology**, v. 54, n. 6, p. 755-770, 2019.
- MALTA, et al. 'Our life is pointless ... ': exploring discrimination, violence and mental health challenges among sexual and gender minorities from Brazil. **Global Public Health**, v.15, n.10, p.1463-1478, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
- MENEZES, A.D.A.; MARTINHÃO, V.S. Encontros marcados: sobre narrativas, políticas de aliança e saúde mental lgbti+. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v.02, n.01, p.1-24, 2019.
- MEDEIROS, E. S. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, 2019.
- MONTENEGRO, L. et al. Public health, HIV care and prevention, human rights and democracy at a crossroad in Brazil. **AIDS and Behavior**, v. 24, n. 1, p. 1-4, 2020.
- NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Trends in Psychology**, v. 26, n. 3, p. 1527-1541, 2018.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial da Saúde: Saúde mental: nova concepção, nova esperança 2001**. Genebra: 2001. Disponível em: https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf. Acesso em: 09 jul 2020.
- PEREIRA, C. F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.
- SANTOS, A. P.; BARBATO, S. B.; DELMONDEZ, P. Polifonia na produção do binarismo de gênero em brincadeiras na primeira infância. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 4, p. 758-772, 2018.
- SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020.
- SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016.
- STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**. Tradução de Bruno Alexandre. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.
- SOUSA, K. M. A construção das verdades na condução das condutas dos brasileiros, a intolerância como forma de resistência e o precipitar dos acontecimentos discursivos. **Cadernos Discursivos**, v. 1 n 1, p.56-76, 2018.
- TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª Edição – Objetiva, 2018.
- VAZQUEZ, A. C. B. Fascismo e O Conto da Aia: a misoginia como política de Estado. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, p. 597-606, 2019.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014.

ZAKABI, D. Clínica LGBT: contribuições do psicodrama para superação do estigma e da discriminação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 22, n. 2, p. 6-14, 2014.

ZANATTA, E. A. et al. Descobrir, aceitar e assumir a homoafetividade: situações de vulnerabilidade entre jovens/Discovering, accepting and assuming homoaffectivity: situations of vulnerability among young people. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, v. 10, n. 2, p. 391-398, 2018.

"And now what will it be like?": the 2018 elections and the mental health of the lgbt+ population

Abstract: Due to the political situation in 2018 this study aimed to identify the outcomes in mental health, on this period, in LGBT+ population. For this, an interpretative and critical analytical study, with a qualitative approach was conducted. Data were collected through semi-structured interviews and for the analyzes the Interpretation of Meaning Method was implemented. By analyzing the results, it was possible to identify that during the 2018 election period, the intensification of hate speech against LGBT+ people have been emphasized; this situation led to a range of negative impact in the mental health of these people, in a pathological or socio-political level. However, this context also contributed to reinforce the ideal of resistance even in the face of setbacks.

Keywords: LGBT; Public health; Sexual and gender minorities; Sexism.

Recebido: 31/05/2021

Aceito: 22/09/2021